

POR UMA NECESSÁRIA MUDANÇA DE VALORES: UMA PROPOSTA PARA A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO (URBANO) QUE PRIVILEGIE O USO E NÃO A TROCA.

Marcio Luis Fernandes

PRIMEIRAS PALAVRAS

Logo nas primeiras linhas de seu livro “A Revolução Urbana”, Lefebvre (1999, p. 13) propõe a hipótese da urbanização completa da sociedade, premissa engendrada também por vários outros teóricos preocupados em abordar o fenômeno da metropolização do espaço (LENCIONE, 2003, p. 41-43) e de sua capitalização e transformação em mercadoria (DAMIANI, 2003, p. 367-369). Seguindo a proposição lefebvreana, podemos discorrer sobre uma eventualidade relacionada ao processo de extinção do espaço rural – àquele concebido como um contraponto ao espaço urbano – uma vez que o campo, como diz Lefebvre (1999, p.21), “não é mais – não é nada mais – que a ‘circunvizinhança’ da cidade, seu horizonte, seu limite”. Nesse sentido, o espaço (urbano): que não tem nada de inocente, que é pleno de intencionalidade – produzido segundo o interesse de seus produtores (LEFEBVRE, 1991; 1999; 2008) – tende a continuar se (re)produzindo através da mudança de valores (do valor de uso ao valor de troca) tornando-se um “espaço-produto”, uma vez que a terra (urbana) passa a ser comprada e vendida no mercado imobiliário enquanto mercadoria (CARLOS, 2007, p.28).

Ao discorrer sobre a urbanização brasileira, Milton Santos (2005, p.102) salienta que a concentração metropolitana foi a grande responsável pela tendência à desmetropolização (“dissolução da metrópole”):

Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo em todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, de verdadeira “dissolução da metrópole”, condição, aliás, do funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política.

Ao propagar a funcionalidade normatizada das esferas econômica e política da sociedade, o processo de “dissolução da metrópole” irradia também “urbanidades contrastantes”, uma vez que – na quase totalidade dos casos – implica também em uma nova dinâmica sócio-espacial derivada da especulação imobiliária que cria e incorpora novas áreas (sub)urbanas.

Remetendo-nos ainda à idéia de que a ainda virtual (?) “urbanização da sociedade” é oriunda, da deterioração dos núcleos urbanos antigos ou da hiperconcentração metropolitana, levando a um deslocamento de pessoas e de atividades produtivas para as periferias distantes, nos reportamos ao processo de implosão-explosão (LEFEBVRE, 1991; 1999; 2008) – onde a urbanidade é irradiada do centro para a periferia devido à saturação metropolitana:

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (...). A grande cidade explodiu, dando lugar aos subúrbios (...): a sociedade urbana está em gestação (LEFEBVRE, 1999, p.15).

O processo de implosão-explosão explica a irradiação de urbanidades a partir do processo de fragmentação da metrópole por meio da (sub)urbanização das áreas periféricas, sendo ampla e complexa a rede de agentes (re)produtores do espaço (urbano): os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; outros incorporadores; os grupos sociais excluídos etc (CORRÊA, 2000; RIBEIRO, 1997;).

Em alguns casos, os proprietários fundiários acumulam a função de especuladores, uma vez que passam a agir como verdadeiros empreendedores urbanos. Para isso, utilizam uma prática muito comum no espaço “periurbano” – uma espécie de “maquiagem paisagística” – desvendada por Marcelo Lopes de Souza (2005, p.27-28):

Na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”,as vezes até belamente bucólico – algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado – quando, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo. Grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são, freqüentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados, dependendo de sua localização. Nem tudo aquilo que parece ser, por conseguinte, de fato é, em matéria de espaço periurbano...

A intencionalidade inerente ao espaço (à cidade) – no que tange a sua transformação em produto – está vinculada ao seu valor de troca (o espaço-produto e a

terra-mercadoria), uma vez que a produção capitalista do espaço/cidade tende a remover da terra o seu valor de uso, valor responsável pelo antigo dualismo entre o rural e o urbano. Hodiernamente é comum substituir o termo “espaço rural” pelo termo “espaço agropecuário” uma vez que a vida urbana tem penetrado no campo através de sistemas de objetos e sistemas de valores que tem introduzido no “espaço rural” um modo de viver semelhante ao urbano (LEFEBVRE, 1991, p. 11). Além disso, na atual conjuntura capitalista, até mesmo o uso do solo está comprometido com uma produção puramente quantitativa, generalizando-se como mercadoria/valor de troca (LEFEBVRE, 2008, P.83).

Esse texto tem por objetivo propor um debate sobre a virtual urbanização da sociedade, processo responsável por uma nova dinâmica, onde a tradicional dualidade entre o rural e o urbano torna-se ineficaz na análise das realidades espaciais presentes. Diante do exposto pelos interlocutores citados nestas palavras iniciais pretendemos – através de uma abordagem relacionada à mudança de valores da terra/solo (do valor de uso ao valor de troca) – explicar a mudança de função da terra (de rural [agrícola] à urbano [residencial]). Com esse fim, aplicaremos a temática ora proposta, à realidade sócio-espacial da porção periférica da cidade do Rio de Janeiro conhecida como Ilha de Guaratiba, antes, porém, faz-se necessário versarmos sobre o advento da cidade e do urbano como expressão da realidade contemporânea.

A CIDADE E O URBANO

Diante de toda complexidade gerada pela nova realidade urbana que se delineia, torna-se ainda mais perigoso tentar definir a cidade e as dimensões do urbano sem incorrer em confusões teóricas e metodológicas. Àqueles que tentaram empreender esta tarefa cada vez mais complicada, não o fizeram sem antes salientar sobre a existência

dos riscos. O próprio Lefebvre (1991, p.49), ao propor uma distinção entre a cidade e o urbano, nos chama a atenção sobre os seus riscos:

Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. Todavia, esta distinção se revela perigosa e a denominação proposta não é manejada sem riscos. O urbano assim designado parece poder passar sem o solo e sem a morfologia material (...). A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra, “o urbano” não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. Elas a têm ou não a têm. Se não a têm, se o “urbano” e a sociedade urbana são concebidos sem essa base, é que são concebidos como possibilidades, é que as virtualidades da sociedade real procuram por assim dizer a sua incorporação e a sua encarnação...

Para Lefebvre (1991), quando ainda não há uma base prático-sensível (cidade), o urbano só pode ser concebido como uma possibilidade. Assim sendo, as diferenças conceituais entre “a cidade” e “o urbano” devem ser determinadas com o maior cuidado, evitando tanto a separação quanto a confusão. Após propor algumas definições da cidade, o autor ressalta que as mesmas mostram-se insuficientes para abarcar sua complexidade (p.57), mas que o teórico da cidade e do urbano definem esses termos como forma e simultaneidade, campo de encontro e de trocas (p.59). Como vemos, tanto a cidade quanto o urbano possuem numerosas definições, sendo ao mesmo tempo distintas e complementares. Entretanto, duas delas nos cativam a um aprofundamento: a cidade como obra e o urbano como valor de uso; e a cidade como produto e o urbano como valor de troca.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas e objetos em dinheiro) (LEFEBVRE, 1991, p. 4).

Para que a cidade seja concebida como obra, é necessário que o urbano nela engendrado possua um valor de uso. Esse urbanismo “utopiano” saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde. Urge a sua emergência como “médico do espaço”, capaz de conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante (p.43). com isso, uma nova cidade, baseada em novas relações, seria produzida, uma cidade composta não por cidadãos, mas por cidadãos livres, o modelo de cidade ideal, possuindo dimensão simbólica e vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991; 2008). De posse desse urbanismo “utopiano”, a cidade tende a agregar valores qualitativos (valorização): estima; valor afetivo; carga identitária (HAESBAERT, 2004, p. 215); referencial para a construção de identidades sócio-espaciais e sentimento de pertencimento (SOUZA, 2004, p. 307-308), tornando-se o espaço “de vida” (LEFEBVRE, 2008, p. 144-145).

A indústria surgiu efetivamente como a “não-cidade” e a “anticidade”. Ela se implantou ao sabor dos recursos que empregava em seu favor, a saber, as fontes de energia, de matérias-primas, de mão de obra, mas ela atacou as cidades no sentido mais forte do termo, destruindo-as, dissolvendo-as (...). Com a indústria, tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desapareceram

inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto (LEFEBVRE, 2008, p. 83).

A indústria e o processo de industrialização – legítimas representantes da transformação capitalista do espaço em mercadoria, da cidade em produto e do urbano em valor de troca – assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente. Nesse sentido, a industrialização se comporta como um poder negativo da realidade urbana, onde o social urbano é negado pelo econômico industrial (LEFEBVRE, 1991, p. 21). A lógica capitalista, materializada pela industrialização, descaracteriza a cidade ao romper com a realidade urbana de então – marcada pelo valor de uso. Esse tipo de urbanização é responsável pela criação da não-cidade e da anticidade (LEFEBVRE, 1999, p. 23), uma vez que seu valor está atrelado à lógica do capital (valor de troca). Apropriada por esse urbanismo que produz um espaço caótico, a cidade tende a agregar valores meramente quantitativos (valorização): preço, valor econômico, produto, mercadoria, coisa... tornando-se o espaço “de morte”(LEFEBVRE, 2008, p.145).

O que é a cidade? Um amontoado de prédios? Uma série infindável de carros? È isso a cidade? Que palavras as pessoas associam à palavra cidade? Ruas, prédios, carros, congestionamento, multidão, gente – em mais de 80% dos casos. A cidade aparece aos nossos olhos – no plano do imediato, do diretamente perceptível, como concreto diretamente visível e percebido (...). É raro emergirem associações vinculadas a sentimentos e emoções que permeiam as relações humanas. A forma domina, predomina, esmaga os

seres humanos como as grandes construções religiosas (CARLOS, 2007, p.11-12).

A idéia de cidade nos remete quase sempre às intensas transformações espaciais e aos seus produtos mensuráveis e visíveis, não havendo distinção entre esse termo e o urbano, entendido como tudo que está relacionado ao espaço citadino. Devido a essa visão simplista, mas utilizada por muitos, trouxemos esse breve apontamento sobre a cidade e o urbano – não com o intuito de definir esses termos hiper-complexos – e sim com o objetivo de mostrar que a realidade urbana vai muito além da cidade. Com esse desígnio discorreremos sobre a cidade abordando-a como sendo: datada, espelho do seu tempo, objeto concreto que possui forma, espaço socialmente produzido. Já o urbano está relacionado aos valores, à ética, ao comportamento e às demais representações que vão contribuir para a construção da cidade. Por meio do (re)conhecimento das distintas concepções de cidade e da dual realidade urbana, envolvendo diferentes valores, ambicionamos propor uma mudança de valores que nos leve à produção/promoção de um espaço mais humano, como nos aponta Carlos (2007, p. 89) nas linhas abaixo:

A cidade não deve ser entendida como valor de troca e suas áreas mantidas como reserva de valor. Impõe-se pensar a cidade não enquanto materialização das condições gerais do processo de reprodução do capital, mas da vida humana em sua plenitude. É fundamental superar a contradição da lógica do atual sistema entre valor de uso e de troca. O novo urbano seria produto de outras relações e não as fundamentadas na subordinação dos indivíduos na segregação social. O trabalho teria um novo conteúdo. A nova configuração espacial seria produto das novas relações entre as pessoas, realizadas em função de novos valores.

DA MUDANÇA DE VALORES À MUDANÇA DE FUNÇÃO DA TERRA: O

CASO DE ILHA DE GUARATIBA

Ilha de Guaratiba, porção espacial da zona oeste do município do Rio de Janeiro, vem passando por mudanças consideráveis em sua área, principalmente a partir das duas últimas décadas, no que tange à especulação imobiliária e o conseqüente surgimento de vários condomínios horizontais na configuração espacial representada pela porção leste da baixada de Guaratiba.

O local bucólico, visitado esporadicamente por proprietários de residências secundárias – tradicional produtor agrícola – passa por um constante processo de valorização fundiária/imobiliária e por um aumento considerável em sua população residente.

A localidade em tela, há anos, é apresentada como o mais provável alvo sobre o qual incidirá o volátil capital especulativo imobiliário. Especialistas no assunto apontam que a cidade do Rio de Janeiro crescerá em direção a Guaratiba (LESSA, 2001, p. 386).

Representada por uma área de baixada, cercada em grande parte pelo Maciço da Pedra Branca (Serra Geral de Guaratiba), o lugar tem como principais marcas sua belíssima paisagem natural e a tranqüilidade típica de um local que – de certo modo – parou no tempo.

O toponímia originou-se por corruptela do nome do inglês Willian que – vindo na comitiva de D. João VI em 1808 – apropriou-se de boa parte das terras da área em questão. Como os antigos caiçaras, seus contemporâneos, não se esmeravam em pronunciar corretamente o seu nome, passaram a chamá-lo de Sr. Wílha de Guaratiba, Sr. Ilha de Guaratiba e, por fim, Ilha de Guaratiba – em alusão ao inglês Willian, antigo proprietário das terras do lugar (LESSA, 2001, p.58; 427)). Já o topônimo Guaratiba deriva do grande número de aves pernaltas que povoavam a localidade – os guarás.

Anais do 2º Simpósio O rural e O urbano no Brasil/UERJ. 2009. Rio de Janeiro, RJ. ISSN 1980 - 6396.

Como “tiba”, em Tupi-Guarani, equivale à abundância, etimologicamente, Guaratiba significa “abundância de guarás” (FERNANDES, 2003; 2006).

Devido ao seu passado agrícola, o local caracterizou-se como um dos últimos remanescentes “rurais” do município do Rio de Janeiro. A habilidade do guaratibano no trato com a terra fez de Ilha de Guaratiba, durante décadas, um verdadeiro “cinturão verde” (grande produtor de hortaliças e verduras), cuja produção era vendida principalmente nas feiras livres espalhadas pela cidade. Em Ilha de Guaratiba, o dia do descanso semanal era a segunda-feira, pois no domingo, o dia era de feira (FERNANDES, 2003, p. 26).

Com a decadência das feiras-livres a partir da década de 1980, devido ao advento dos supermercados e dos “sacolões” (JESUS, 1991; FERNANDES, 2006), a produção de alimentos na localidade também decaiu. O declínio desta atividade – ao forçar os antigos produtores/feirantes a buscarem uma nova alternativa para sua sobrevivência – detonou um processo de mudança de valores da terra (uma vez que o seu outrora valor de uso aos poucos foi sendo substituído pelo valor de troca) dando início a uma mudança de função das mesmas.

Muitos dos antigos agricultores optaram por vender boa parte de suas terras, que perderam seu valor de uso e passaram a representar uma espécie de reserva de valor fundiário/imobiliário (valor de troca); outros, passaram a especular sobre as terras que antes possuíam uma outra função; por fim, outros produtores mudaram apenas de ramo, pois passaram a produzir e comercializar plantas ornamentais nas terras que antes produziam alimentos. No entanto, apesar de manter a função primeira da terra, a produção de ornamentais está comprometida com o mercado imobiliário, uma vez que sua principal função é suprir a demanda cada vez maior dos condomínios e construtoras,

que têm no “paisagismo fetiche” uma de suas estratégias para a transformação da terra em mercadoria.

Desse momento em diante, em Ilha de Guaratiba, pode-se dizer que por meio de novas relações (capitalistas), a terra transforma-se em mercadoria (GOTTDIENER, 1997, p. 165; 181)), passando a ser negociada no mercado imobiliário (LEFEBVRE, 2008, p. 153). O outrora espaço agrícola toma novos contornos, tornando-se residencial. O antigo “espaço rural” começa então a tomar foros de urbano. Assim inicia-se o processo de mudança que provoca uma verdadeira metamorfose no espaço de Ilha de Guaratiba.

Como parte do processo de produção do espaço urbano, os agentes (imobiliários) precisam antes promover uma mudança de valores na terra que perde a sua função produtiva (qualitativa), transformando-se – ela mesma – em produto, passando a ter um valor apenas monetário (quantitativo). Com isso, novos espaços residenciais são produzidos nas periferias distantes com amenidades, espaços estes destinados às classes que podem pagar por este padrão residencial. Cria-se assim um espaço indefinível e descaracterizado, como aponta Lefebvre (2008, p.158):

A urbanização generalizada não apenas generalizou a especulação dita imobiliária, ela não apenas acompanhou a comercialização do espaço: ao invés da superação da relação cidade-campo, ela acarretou um magma, um caos nos quais a cidade e o campo se misturam confusamente.

A conclusão que se pode tirar do que foi dito acima é que a lógica capitalista na produção do espaço urbano cria um paradoxo: uma urbanização desurbanizante (LEFEBVRE, 1991, p. 18), uma vez que o tipo de atividade imobiliária adotada nos fornece uma prova cabal da natureza desordenada do “desenvolvimento” da terra,

especialmente quando ocorre em uma franja expansível da região metropolitana (GOTTDIENER, 1997 p. 190) como é o caso de Ilha de Guaratiba. Cria-se, com isso, um espaço que ninguém consegue distinguir. Um espaço que – simultaneamente – vai perdendo as virtudes que o qualificam e adquirindo características que o descaracterizam, uma valorização (quantitativa) que o desvaloriza qualitativamente. Esse fenômeno – em uma escala de análise mais ampla – no entanto, não revela novidade alguma, pois, como aponta Luiz César de Queiroz Ribeiro (1997, p.199), representa a continuidade do processo de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro:

A partir da segunda metade do século XIX, especialmente depois de 1870, a cidade do Rio de Janeiro sofre importantes transformações urbanas geradas pela ação de um conjunto de capitais que passam a investir sobre o espaço urbano. Entre eles, o que poderíamos chamar de capital imobiliário, aplicado na produção de moradias para aluguel e na compra, parcelamento e vendas de lotes de terra anteriormente utilizadas para fins agrícolas...

O Rio de Janeiro, como se sabe, cresceu em diversos eixos. Sendo assim, desde os primeiros séculos de colonização os aterros contribuíram para a construção do espaço urbano carioca. Com o crescimento da cidade, houve a necessidade de rompimento das elevações com a perfuração de túneis desde 1887 (CARVALHO, 2002). Mais recentemente, nas últimas décadas, a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes ganharam expressão em meio ao espraiamento do tecido urbano carioca. Podemos asseverar então que o Rio de Janeiro cresce em direção à planície de Guaratiba em meio a um crescente processo de especulação imobiliária. A forma, porém, como esse processo tem se conduzido, nos induz a propor uma mudança nas novas relações espaciais que se delineiam sobre os lugares.

PARA NÃO CONCLUIR: POR UMA NECESSÁRIA MUDANÇA DE VALORES

Ao desvendar o fenômeno da fetichização da mercadoria, Marx nos fornece uma sólida base para a análise da lógica capitalista da produção do espaço (urbano) por meio da coisificação do solo, ou seja, da sua transformação em mercadoria/coisa. Seu valor de uso (qualitativo) é então substituído pelo valor de troca (quantitativo). Nesse sentido, o mundo dos homens passa a ser o mundo das coisas. O homem passa a ser avaliado pela sua capacidade de “ter coisas” (CARLOS, 2007, p. 20). Tais mudanças fragmentam o espaço, processo que altera profundamente a vida cotidiana, criando uma vida programada e idealizada pelo consumo manipulado. É nesse contexto que o processo de produção do espaço urbano tende para a homogeneização de um espaço que (re)produz a perversa lógica capitalista que exclui o social, o humano. Qual seria então a saída para essa realidade cruel e caótica produzida pelo capitalismo?

Segundo Lefebvre, para mudar a vida é necessário mudar o espaço. Para mudar o espaço é necessário produzir mudanças sociais (GOTTDIENER, 1997, p. 152-154). De quem será a culpa? Do capitalismo? Do espaço? Do homem? Partindo da premissa de que a mudança espacial que tanto almejamos depende de uma mudança de postura da sociedade que implique em uma “mudança de valores” que o qualifique, propomos uma parábola que demonstra que a condição do espaço atual:

É como na história de um executivo que chega em casa com uma maleta cheia de trabalho. Seu filho de seis anos o procura para brincar e ele, muito ocupado, tem uma idéia: abre o jornal e vê a fotografia do mundo; pega a tesoura e a corta em pedaços. Volta-se para o filho e diz: coloque o mundo junto, e quando terminar, eu brinco com você. Imaginou que o trabalho fosse demorar várias horas, mas em poucos minutos o menino voltou com o trabalho pronto. Pasmado, perguntou ao filho como ele havia conseguido

recompor a figura em tão pouco tempo. “Foi muito simples pai”, respondeu o menino. “Do outro lado do jornal havia a fotografia de um homem; eu juntei o homem e o mapa do mundo ficou certo.” Moral da história: quando o homem está certo, o mundo está certo. Não tem nada de errado com o mundo em si (...). Se você mudar, o mundo muda com você... (RIBEIRO, 1999, p. 53-55).

É a dimensão social que dota o espaço de vida. Sendo assim, uma mudança social qualitativa devolveria ao espaço o seu verdadeiro valor. Um valor atrelado a novas relações com o solo, com a natureza, entre os homens. Novas relações espaciais, onde ressurgira um novo urbano. Um urbanismo comprometido com a produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, e não mais uma produção de meros objetos (LEFEBVRE, 1991, p. 47). A cidade emergiria então como obra, como valor de uso, como “lugar valorado”, e não mais como produto, como valor de troca, como mero “espaço valorizado” (FERNANDES, 2006, p.40-45).

Para Lefebvre (2008, p.145), a produção do espaço não pode produzir senão o espaço diferenciado, aqui entendido como o espaço das mudanças sociais, posto que sua redução, aquela que afeta suas possibilidades, conduz ao espaço homogêneo (espaço de morte). Ao propor a socialização do espaço como uma consideração “utopiana,” o autor sugere que apesar de “hoje” não ser possível tais mudanças, não podemos deixar de projetá-las para “amanhã” (p.162). Essa visão utópica concernente à produção de um “espaço de esperança” que enalteça as potencialidades humanas qualitativas também é compartilhada por Harvey (2004, p. 181) quando o mesmo – citando Oscar Wilde – salienta que “um mapa do mundo que não incluía Utopia não merece nem mesmo uma espiada.”

Como todo cientista social que se preze, o geógrafo tende a carregar consigo o “velho sonho marxista de transformar o mundo.” Por mais utópico (ou “utopiano”) que nos pareça esse ideal, deixar de sonhá-lo, deixar de idealizá-lo, deixar de projetá-lo para uma eventual realização é o mesmo que aceitar a morte tendo ainda fôlego pra lutar pela vida, por um espaço de vida e não de morte.

As representações do espaço – aqui entendidas como a forma com que o mesmo é organizado – não devem continuar sendo concebidas “de cima para baixo” por representantes de um sistema alienante comprometidos com a produção de um espaço igualmente alienador. O espaço percebido criado por esta concepção equivocada gera uma espécie de “aberração espacializada”, uma vez que produz um espaço desumano, no sentido de privilegiar as relações econômicas em detrimento das relações sociais de fato.

Urge a emergência de uma “revolução” a partir de uma mudança de postura da sociedade, onde o atual espaço (percebido) seja concebido de uma outra maneira, “de baixo para cima,” tornando-se assim um espaço vivido, um espaço de negação, um espaço que negue a atual exploração do homem pelo próprio homem, um espaço que negue a morte, um espaço de vida, concebido para a vida, percebido como vivo, um espaço vívido e vivido (Ferreira, 2003; Lefévre, 2008;).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 98 p.

_____. O Lugar no/do Mundo. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2008. 85 p.

Anais do 2º Simpósio O rural e O urbano no Brasil/UERJ. 2009. Rio de Janeiro, RJ. ISSN 1980 - 6396.

CARVALHO, Ronaldo Cerqueira de. Rio de Janeiro – Uma Cidade Conectada por Túneis. Monografia de especialização. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UERJ, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. 94 p.

DAMIANI, Amélia Luisa. O Urbano no Mundo da Mercadoria. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraines (orgs). Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

FERNANDES, Macio Luis. Ilha de Guaratiba: De Espaço a Lugar. Monografia de graduação em geografia. Rio de Janeiro: MSB, 2003. 44 p.

_____. A Valorização do “Espaço” produzindo a valorização do “Lugar:” O caso de Ilha de Guaratiba – R.J. Monografia de especialização. Rio de Janeiro: Departamento de geografia, UERJ, 2006. 56 p.

FERREIRA, Álvaro Henrique de Souza. Espaço, tempo, ciberespaço: produzindo novas temporalidades e espacialidades?. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraines (orgs). Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

Anais do 2º Simpósio O rural e O urbano no Brasil/UERJ. 2009. Rio de Janeiro, RJ. ISSN 1980 - 6396.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O Lugar da Feira-Livre na grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência (Rio de Janeiro: 1964 – 1989). Dissertação de mestrado em geografia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. 220 p.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Espaço e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 190 p.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

LESSA, Carlos. O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 478 p.

RIBEIRO, Lair. O Sucesso não ocorre por acaso. São Paulo: Moderna, 1999. 192 p.

Anais do 2º Simpósio O rural e O urbano no Brasil/UERJ. 2009. Rio de Janeiro, RJ. ISSN 1980 - 6396.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997. 352 p.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 174 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560 p.

_____. ABC do Desenvolvimento Urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p.